

1 **ATA DA 2ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE ESTUDOS GERAIS - CTEG - 2018.**

2 Ao primeiro dia do mês de março de 2018, às 09h55min, o Comitê das Bacias  
3 Hidrográficas dos Rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim - Comitê Guandu -, deu  
4 início à 2ª Reunião, na Sala de Reuniões do Comitê Guandu, na UFRRJ, tendo como  
5 pauta os seguintes assuntos: **1- Leitura e aprovação da ata da reunião de 01.02.2018;**  
6 **2- Informes sobre o andamento do edital para o projeto de Educação Ambiental;**  
7 **3- Apresentação do Plano de Contingência para o transporte de substâncias**  
8 **perigosas pela empresa UNAPROSIL; 4- Informe sobre o andamento dos projetos**  
9 **que estão sob gestão do INEA; 5- Assuntos Gerais.** – Franziska Huber (Faeterj-  
10 Paracambi) iniciou a reunião solicitando a leitura e aprovação das atas. Após leitura, a  
11 ata de 01 de fevereiro de 2018 foi aprovada. **2-** Franziska Huber (Faeterj-Paracambi) fez  
12 um breve resumo sobre as decisões da última reunião. Daiana Gelelete (AGEVAP)  
13 informou que o edital está em análise das assessorias contábil e jurídica, por conta das  
14 diretrizes para prestação de contas, a fim de buscar formas mais simples para as  
15 Prefeituras e ONGs. Daiana Gelelete explicou que a ONG emite nota fiscal, porém a  
16 Prefeitura terá que licitar os materiais e prestar contas. Daiana informou que a previsão  
17 é de que até a próxima reunião, em abril, o edital já seja lançado. Francine Ramalho  
18 (Novo Verde) acrescentou informando a dificuldade que a Prefeitura tem de prestar  
19 contas, e exemplificou com o caso do CEIVAP. Hendrik Mansur (TNC) informou que  
20 possui muitos contatos com prefeituras e explicou que as mesmas têm dificuldades.  
21 Segundo Hendrik, o ideal é que a mesma tenha uma parceria com uma ONG. No caso  
22 do projeto de educação ambiental, não haverá contrato com a Prefeitura, mas  
23 diretamente com a ONG a fim de evitar os problemas na prestação de contas. Daiana  
24 Gelelete (AGEVAP) informou que os contatos referentes à gestão do projeto serão  
25 realizados diretamente com a ONG. Franziska Huber (Faeterj-Paracambi) explicou as  
26 alterações realizadas no edital, como valores, participação das ONGs e que houve  
27 mudanças quanto às exigências para a seleção das mesmas, além do relacionamento  
28 com as prefeituras. Além disso, no caso de uma ONG não cumprir o plano de trabalho,  
29 deixará de receber o recurso referente ao produto. **3-** Franziska Huber (Faeterj-  
30 Paracambi) realizou um breve resumo sobre o assunto, explicou que foi trazido à  
31 Câmara Técnica os problemas e os encaminhamentos a respeito do envio dos planos

32 de contingência das empresas UNAPROSIL e DBO. Janaína Vettorazzi (APA Guandu)  
33 realizou uma apresentação sobre o histórico dos problemas identificados em 2016, no  
34 bairro onde as empresas estão instaladas, e a atuação das equipes de emergência do  
35 INEA e CEDAE. A mesma apresentou a localização, os problemas e a mortalidade de  
36 animais. Janaína Vettorazzi (APA Guandu) ressaltou a fragilidade dos corpos hídricos  
37 que estão próximos e a captação da CEDAE que está suscetível aos acidentes  
38 provocados por empresas situadas neste bairro, em Paracambi. Na época, as empresas  
39 foram convidadas a se apresentarem ao Comitê e a CTEG sugeriu a criação do plano  
40 de contingência. Janaína Vettorazzi (APA Guandu) informou que a UNAPROSIL foi  
41 convidada a esta reunião para apresentar seus planos. Andreia Loureiro (Novo Verde)  
42 se apresentou e informou que a empresa recebeu o convite para a apresentação do  
43 Plano de Atendimento Emergencial para o Transporte de Produtos Perigosos  
44 desenvolvido em conjunto pelas empresas SUATRANS e a UNA PROSIL – PAE na  
45 última segunda-feira, dia 26 de fevereiro. A empresa responsável pela elaboração do  
46 PAE é de São Paulo e não teve tempo hábil para estar presente. Andreia Loureiro (Novo  
47 Verde) informou que além do Plano de Ação Emergencial foi elaborado pela Novo Verde,  
48 com base no PAE, um Programa de Educação Ambiental – PEA UNA PROSIL e um  
49 Plano de Comunicação Social – PCS UNA PROSIL, conforme solicitado pela CI INEA  
50 APAGDU. Sugeriu que em uma próxima oportunidade, além da apresentação do PAE,  
51 fosse feita a apresentação do PEA e PCS, em função dos membros não terem recebido  
52 os documentos com antecedência. Falou ainda, da importância de todos os membros  
53 lerem os documentos para melhor entendimento e contribuições. Francine Ramalho  
54 (Novo Verde) sugeriu que se reúnam as contribuições e dúvidas e que a empresa venha  
55 em uma reunião próxima. Foi questionada a localização da empresa (São Paulo) para  
56 atendimentos emergenciais em casos de acidentes. Andreia Loureiro (Novo Verde)  
57 explicou que no caso da UNA o PAE é Nacional, pois o transporte dos produtos é  
58 interestadual e dessa forma, tanto a Licença Ambiental para o transporte, como os PAEs  
59 são aprovados pelo IBAMA, estando de acordo com os trâmites para realização do  
60 atendimento em caso de emergências. Esclareceu que, apesar da empresa estar  
61 localizada em São Paulo, a Equipe de Atendimento Emergencial – SUATRANS estará  
62 disponível em unidades de atendimento próximas a Paracambi, no caso de o acidente

63 ocorrer no município, assim como, nas demais rotas que pode ocorrer em outros  
64 estados. Rafael Cardoso (Ternium) explicou que o tempo de resposta à ocorrência de  
65 uma empresa externa pode ser de uma ou duas horas, não tendo a capacidade de  
66 atendimento imediato, desta forma, a empresa deve possuir uma equipe interna de  
67 emergência a fim de atender imediatamente e conter o problema antes que atinja o meio  
68 externo. Além disso, o plano foi elaborado para o transporte, o que é diferente de um  
69 plano para problemas operacionais internos. Decio Tubbs (UFRRJ) acrescentou que o  
70 importante é que haja uma forma de resposta rápida, principalmente à CEDAE. Davi  
71 Neto (IFRJ) informou que é morador da região e explicou que o plano aprovado está  
72 muito genérico. O mesmo acrescentou que a região das indústrias possui somente o  
73 acesso pela estrada da Cascata. A estrada é íngreme e cheia de curvas sinuosas, sem  
74 sinalização e com muitas ribanceiras, e próxima ao rio. Em caso de acidentes de  
75 vazamentos ou colisões, o plano descreve que possui pessoal técnico para o  
76 atendimento, porém, não explica qual a estrutura. Segundo Davi Neto, o plano não  
77 contempla os planos de ações nos casos específicos. A população não tem o  
78 conhecimento das ações e, em caso de acidentes, fica isolada de qualquer acesso. O  
79 mesmo lamentou a ausência da prefeitura de Paracambi nesta reunião. Ressaltou que  
80 o plano deve levar em consideração as condições da estrada. Hendrik Mansur (TNC)  
81 destacou que o objetivo é que a empresa apresente o plano e o Comitê Guandu  
82 contribua. Sugeriu que na apresentação sejam mobilizados: Corpo de Bombeiros,  
83 Cedae, Prefeitura, Comitê Guandu e demais instituições envolvidas no Plano. Andreia  
84 Loureiro (Novo Verde) informou que um dos objetivos gerais do Plano de Comunicação  
85 Social é criar um canal de relacionamento contínuo entre empreendedor, comunidade  
86 local e parceiros institucionais visando implantar um processo de diálogo mútuo e de  
87 convivência acompanhado de informações importantes e precisas em caso de acidentes  
88 e situações de emergências e ressaltou a importância de os membros realizarem a  
89 leitura dos documentos, antes da apresentação. Janaína Vettorazzi (APA Guandu)  
90 sugeriu que a apresentação seja realizada na reunião de maio, pois, na reunião de abril  
91 será apresentado o plano da empresa DBO. Davi Neto (IFRJ) questionou o método no  
92 que tange à inclusão das partes sem que estas tenham o conhecimento durante a  
93 elaboração. A empresa traz um plano pronto para depois as instituições se conversarem

94 e entenderem conforme este plano. O mesmo acha que primeiramente, deveria ter  
95 acontecido encontros durante a construção. Francine Ramalho (Novo Verde) explicou  
96 que primeiramente a empresa elaborou os três planos para fins de atendimento ao INEA,  
97 e que somente após a aprovação por parte do órgão poderá se dar a etapa de execução  
98 do mesmo, levando em consideração já na primeira meta o convite a todas as partes  
99 interessadas citadas por Hendrik. Janaína Vettorazzi (APA Guandu) informou que já  
100 considera o plano reprovado. Questionou-se se a Câmara Técnica tem poder de  
101 avaliação (aprovação/reprovação). Os membros receberam o material na véspera da  
102 reunião e não avaliaram o material. Andreia Loureiro (Novo Verde) informou que foram  
103 entregues quatro vias em meio impresso e em meio digital do PAE, PCS e PEA, em  
104 outubro de 2017 a APAGDU. Esclareceu ainda, que na última segunda-feira, dia 26 de  
105 fevereiro, entrou em contato com a secretaria executiva do Comitê Guandu, sendo  
106 informada que não haviam recebido os documentos. Dessa forma, na terça-feira, enviou  
107 uma cópia dos documentos, por e-mail, para que fossem encaminhados para os  
108 membros. Rafael Cardoso (Ternium) sugeriu que seja apresentado à Câmara Técnica,  
109 o material já aprovado pelo órgão gestor. Decio Tubbs (UFRRJ) lembrou que este trecho  
110 da bacia está enquadrado. Segundo Decio a empresa deveria obedecer ao  
111 enquadramento aprovado pelo Comitê. Sendo assim, o Comitê de certa forma possui  
112 um certo poder de impedir a instalação de empresas que interfiram na qualidade da  
113 água. No caso desta empresa já instalada, não há impedimentos, mas apenas sugestões  
114 e contribuições, pois o licenciamento já aconteceu sem a análise do Comitê. E que o  
115 maior problema é a comunicação. Se acontecer algum acidente qual o tempo que a  
116 empresa terá para comunicar à CEDAE e às demais empresas interessadas. Rafael  
117 Cardoso (Ternium) concordou e completou dizendo que é importante a empresa trazer  
118 um plano de comunicação, explicando como se dará a comunicação em caso de  
119 acidentes. Hendrik Mansur (TNC) completou dizendo que o objetivo do Comitê é a  
120 gestão de recursos hídricos na Bacia. E, há duas formas de colaborar neste caso  
121 específico: trazer o plano aprovado pelo INEA ou receber as contribuições ao documento  
122 para que o plano tenha um melhor resultado, visto a presença de técnicos que possa  
123 agregar. Além disso, o plano terá uma melhor visão local. Ainda, se a estrada é  
124 municipal, acredita que o município tenha condições de proibir o tráfego de veículos

125 muito grandes. A ideia é apresentar o plano e se vai ser um produto aprovado ou  
126 reprovado, é o INEA quem julga. Andreia Loureiro (Nova Verde) sugeriu à Janaína  
127 Vettorazzi (APA Guandu) que o INEA notifique a empresa de forma oficial apontando as  
128 melhorias e correções ao plano para que a mesma realize as devidas correções.  
129 Inclusive, não houve um retorno do INEA a respeito das possíveis causas do acidente.  
130 Colocou que, na região, a empresa está sendo apontada como causadora de um crime  
131 ambiental. Franziska Huber (Faeterj-Paracambi) informou que na próxima reunião será  
132 apresentado o Plano da empresa DBO e na reunião de maio será a apresentação da  
133 UNAPROSIL. Franziska solicitou à APA Guandu que enviem os materiais com  
134 antecedência para a leitura. Ficou definido que a secretaria executiva entrará em contato  
135 com as empresas para o convite à Câmara Técnica e solicitação dos materiais. Robson  
136 Perkler (UNAPROSIL) aproveitou a ocasião para apresentar a empresa e suas  
137 atividades. O mesmo defendeu a empresa informando que o acidente não foi provocado  
138 pela empresa, explicou que está instalada há dez anos e nunca tiveram problemas. Os  
139 acidentes têm ocorrido há três anos, coincidentemente com a instalação da empresa  
140 DBO. Decio Tubbs (UFRRJ) falou que, apesar do controle sobre a operação, a  
141 UNAPROSIL recebe por meio de transporte terrestre, carretas grandes com materiais  
142 perigosos, como ácido sulfúrico. Logo, se faz necessário o Comitê analisar o plano de  
143 contingência. E o mais importante é a defesa de dez milhões de pessoas, que dependem  
144 do abastecimento de água. **4-** Fatima Rocha informou que os projetos continuam com o  
145 mesmo status e o Comitê vai reiterar as cartas de solicitação do andamento. Decio  
146 Tubbs informou que os projetos de PMSB estão parados e a ideia é, após nova  
147 solicitação, sugerir que os recursos sejam repassados ao Comitê. Quanto ao Agenda  
148 Água na Escola, a equipe do INEA ainda está se adequando ao projeto e não houve  
149 retorno ao Comitê. Hendrik Mansur (TNC) sugeriu que seja solicitado depósito em juízo,  
150 para que o recurso fique disponível em uma conta da AGEVAP. Hendrik Mansur (TNC)  
151 sugeriu elaborar uma tabela com os projetos que estão sob gestão do INEA, mostrando  
152 o valor transferido para o órgão, o que já foi executado e o que está pendente. A tabela  
153 será utilizada para acompanhar o andamento. Decio Tubbs (UFRRJ) sugeriu que o  
154 recurso, do Agenda Água inclusive, retorne para o Comitê. **5-** Decio Tubbs (UFRRJ)  
155 informou a sugestão de fundir as duas câmaras técnicas pois, os assuntos e os membros



156 se repetem nos dois horários. A ideia seria tratar dos assuntos específicos em grupos  
157 de trabalho que são mais dinâmicos. Franziska Huber (Faeterj-Paracambi) não concorda  
158 por diminuir a participação da sociedade civil. Hendrik Mansur (TNC) concorda com a  
159 ideia pois, aumentaria a eficiência dos trabalhos. Como lista de encaminhamentos,  
160 segue: **1- Enviar convite à DBO para apresentação do Plano de Contingência na**  
161 **reunião de abril/18 e solicitar o envio dos materiais; 2- Enviar convite à**  
162 **UNAPROSIL para apresentação do Plano de Contingência na reunião de maio/18**  
163 **e solicitar o envio de materiais; 3- Ajustar a planilha de projetos sob gestão do**  
164 **INEA, acrescentando as colunas de executora e execução, para acompanhar a**  
165 **utilização do recurso pelo órgão gestor.** Franziska Huber agradeceu a presença de  
166 todos e encerrou a reunião às 12h20min. Eu, Fatima Rocha, tomei a termo esta ata que  
167 segue assinada por:

168 Franziska Huber (Faeterj-Paracambi) – Coordenadora: \_\_\_\_\_

169 Rafael Cardoso (Ternium): \_\_\_\_\_

170 Hendrik Mansur (TNC): \_\_\_\_\_

171 Carlos Eduardo M de Souza (APEDEMA-RJ): \_\_\_\_\_

172 MarkusSthephan (ADEFIMPA-RJ): \_\_\_\_\_

173 Monique De Oliveira Fontes (P.M. Itaguaí): \_\_\_\_\_

174 Hamilton Santos (P.M. Japeri): \_\_\_\_\_

175 Salete Oliveira (PM Queimados): \_\_\_\_\_

176

#### 177 **Membros Presentes:**

178 Usuários: Rafael Cardoso, representando Mariana Silveira (Ternium);

179 Sociedade Civil: Franziska Huber (Faeterj-Paracambi); Hendrik Mansur (TNC); Carlos  
180 Eduardo M de Souza (APEDEMA-RJ); MarkusSthephan, representando Rodolfo  
181 Sant'Ana Gomes (ADEFIMPA-RJ).

182 Governo: Hamilton Santos (P.M. Japeri); Monique De Oliveira Fontes (P.M. Itaguaí);  
183 Salete Oliveira, representando Andreia Loureiro (PM Queimados).

#### 184 **Membros Ausentes:**

185 Usuários: Camila Azevedo de Souza (Light); Amisterdan Ribeiro (SIMARJ); Sabina  
186 Campagnani (Furnas).

187 Governo: Ricardo Nogueira (ICMBIO).

188 **Convidados:**

189 Decio Tubbs (UFRRJ); Jessica da Silva (Faeterj-Paracambi); Nathalia Ferreira (Faeterj-  
190 Paracambi); Joana D'Arc Pereira (Faeterj-Paracambi); Karine Firmino (Faeterj-  
191 Paracambi); Carlos Eduardo Gerônimo (Faeterj-Paracambi); Janaína Vettorazzi (APA  
192 Guandu); Davi Neto (IFRJ); Francine Ramalho (Novo Verde); Andreia Loureiro (Nova  
193 Verde); Robson Perkler (Novo Verde); Gabriela Teixeira (AGEVAP); Daiana Gelelete  
194 (AGEVAP).